

IGUALDADE OU DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ÁFRICA? PENSAMENTO FEMINISTA AFRICANO

Ineildes Calheiro¹

Eduardo David Oliveira²

Introdução

Gostaria de começar no entendimento da forma científica que conduz esse trabalho: a “Análise Cognitiva”. Sobre o termo, enquanto teoria e método, baseamo-nos na autora Teresinha Froes Burnharm (2012) quando em sua explicação compreende não ser somente um método pois, vai além da análise, por se conduzir no significado da transdutibilidade (transdução). Trata-se de um novo campo de conhecimento que evidencia a multirreferencialidade, o que outros autores criticamente denominam de “saberes de baixo”, saberes do sujeito, bem como, sendo a crítica ao eurocentrismo, a negação da ciência monológica e da objetividade como forma legítima do fazer ciência.

A análise cognitiva transporta-se pela interdisciplinaridade, e, na qual, os mandatários do conhecimento somos nós mesmos e não os outros ocidentalmente autorizados. E, o seu meio eficaz que garante a troca de saberes é a difusão do conhecimento, como abertura da porta do saber no processo restrito e hierárquico de conhecimento no mundo global.

Nesse trabalho de abordagem teórico-metodológica, denominada análise cognitiva, foca-se nos pensamentos e teorias de autoras(es) africanas(os), centrando-se na delimitação do lugar, com destaque para a Nigéria, ressaltando as concepções de gênero na África: na primeira parte, Ifi Amadiume e Oyeronké Oyèwùmí trazem epistemologias que apontam para um África igualitária nas

¹ Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil. E-mail: ildafrica@yahoo.com.br.

² Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil. E-mail: afroduda@gmail.com.

relações de gênero, num processo anterior à colonização; na segunda parte, Chimamanda Adichie e Paul Zeleza (este último, do Zimbábue) trazem em suas concepções, uma África desigual nas relações de gênero, sobretudo binária. Evidencia-se a descentralização da epistemologia hegemônica euro-americana, compreendendo o complexo debate concernente à relação de gênero na África.

O estudo se deu pelo intuito da autora de conhecer epistemologias africanas no contexto do gênero e feminismo. As discussões a partir da incursão (em 2017) no curso de “Gênero na África”, após o ingresso no doutorado (em 2016) em “Filosofia Contemporânea e Filosofia africana”, provocaram o desejo de conhecer outras epistemologias, bem como, de contribuir na difusão desse conhecimento.

A exclusão de gênero nas esferas de poder e o racismo de inteligência: um enfoque africano

A começar no entendimento sobre conhecimento em gênero no contexto africano, destacam-se as autoras africanas Patrícia Gomes (2015; 2017) e Ângela Sofia Benoliel Coutinho (2017) com estudos que destacam a produção do conhecimento na Guiné Bissau e Cabo Verde. Elas contextualizam a participação das primeiras mulheres no movimento que culminou com a libertação desses territórios, seu envolvimento com os partidos, PAIGC e PAICV³, e a formação da UDEMU (Organização das mulheres) e entre outras. Ambas as autoras contribuem com a visibilidade da participação das mulheres na luta da libertação nos citados países, como bem ressalta o assunto Patrícia Gomes em vários estudos.

Conforme Coutinho (2017)⁴, Guiné Bissau tornou-se independente em 1973 e Cabo Verde em 1975. A autora, analisando documentos e focando na história oral/entrevistas e em biografias, destaca algumas mulheres africanas participantes da história da libertação, dentre um contingente geral de mais de cinquenta mulheres; levanta suas trajetórias, origens, nacionalidades e, principalmente, aborda suas influências, destacando-se o silenciamento sobre suas participações e sobre a influência do sexo na libertação e na reforma da sociedade. Como possíveis razões para essa questão, a autora

3 PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, oficialmente fundado em Bissau em 1956 por cabo-verdianos e guineenses sob a liderança de Amílcar Cabral. Principal Partido: PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

4 O texto intitulado “A participação das mulheres cabo-verdianas no movimento da Libertação Nacional de Cabo Verde e Guiné-Bissau, 1956-1974: as pioneiras” é originalmente em inglês, tradução nossa, mediante o curso já citado anteriormente.

descreve que o apagamento da história de protagonismo das mulheres é o mecanismo do androcentrismo, visando mantê-las no lugar de subserviência em relação aos homens. Dessa forma, a luta da Guiné-Bissau e Cabo Verde para a independência foi longa e complexa, havendo a significativa participação das mulheres.

Gomes (2015) assinala que o fim dos anos sessenta do século XX foi acompanhado por um crescente interesse de intelectuais africanos pela “redescoberta” do passado histórico do continente, pelas ideias de liberdade e de unidade. Descobriu-se que a emancipação das mulheres africanas estava condicionada substancial e formalmente de formas diferentes daquelas que as mulheres do mundo ocidental tinham experimentado ao longo dos anos. Conforme a autora, a Guiné Bissau, colonizada no século XX, tem um contexto econômico de um país agrícola já no contexto cultural é um dos poucos lugares da África onde resiste a sociedade matriarcal – poder político exercido pela mulher (monarca, chefe, rainha). Porém, devido ao legado da colonização, houve profundas mudanças e retrocessos no campo da liberdade.

Nesta conjuntura, a autora assinala que as primeiras informações escritas de Guiné-Bissau se deram entre 1961-1974. Foi somente nos anos 1980 que as teorias feministas africanas começam a entrar na história das publicações, já o campo do gênero e feminismo apareceram com força apenas nos anos 1990 na Guiné Bissau (Gomes 2015). A autora descreve sobre a importância do gênero como determinante para o rumo da ONU:

A categoria “gênero” começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O “gênero” foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento (Gomes 2015, 169).

De acordo com a supracitada, do ponto de vista teórico, a partir dos anos 1980 no sentido da desconstrução nos estudos “pós-coloniais”, em termos de gênero, sustentaram-se questões essenciais sobre a produção do conhecimento: quem o produz; em que condições sociais e políticas é formulado o discurso; e a quem se destina esse conhecimento. Nesse sentido, contém neste estudo introduzir a discussão da cabo-verdiana Crispina Almeida Gomes que relaciona estes fatores com um tipo específico de racismo – o de “inteligência”.

Sendo uma das fundadoras da Organização das Mulheres de Cabo Verde e uma das que desempenhou vários cargos importantes, inclusive como deputada nacional durante anos, Crispina Gomes (2009), no seu livro intitulado “*Mujer y poder. El caso de Cabo Verde*”⁵, discute sobre feminismo, desigualdade de gênero e participação feminina nas esferas de poder em Cabo Verde, e recorda neste estudo que após a independência do país somente uma mulher foi deputada nacional. Cabo Verde – país do continente africano (África subsaariana) – foi colônia de Portugal desde o século XV e independente em 1975, por meio de uma complexa luta.

A supracitada aborda as causas que impedem a participação de mulheres nas instâncias de poder, bem como sua participação na política e em diversos setores de atividades do país em termos de igualdade com os homens. Através do método da oralidade/ história de vida, ela aponta a participação significativa de mulheres na luta pela independência. Iniciando o texto, a autora insere a sua experiência, contando a sua história de violência sofrida com o racismo. Ao tornar-se professora universitária em Cuba (em 1980), ela se deparou com a exclusão de gênero e o racismo na academia, assim detectando um tipo específico de racismo, denominado por ela de “Racismo de inteligência”. Em outros termos, seria: o privilégio dos acadêmicos brancos (de ambos os sexos); o não direito as pessoas negras ao pensamento intelectual e a difusão do próprio conhecimento e de outras culturas; [AP5] e o veto a uma epistemologia dos “de baixo” (termo que nos apropriamos, utilizado por alguns autores, referindo-se a maioria da população pobre e a cultura popular).

Epistemologias africanas: gênero na África descentralizando o gênero global

Epistemologias Africanas revelam culturas complexas, como vêm discutindo feministas e autoras(es) de estudos de gênero na África. Considerando o vasto território, diversas etnias e culturas africanas, nessa análise cognitiva, abordo estudos de autoras nigerianas destacando as concepções de gênero na África.

5 O Texto original é escrito em espanhol, cuja tradução em português neste estudo é de nossa autoria, sob a responsabilidade da interpretação.

Síntese na concepção de Oyeronké Oyěwú mí

Iniciando esse debate de complexidade na cultura africana, destaco a autora africana, nigeriana, de Yorubá, Oyeronké Oyěwú mí que traz a cultura Yoruba para o contexto do gênero e do feminismo. Oyěwú mí (2004), no texto “Conceituando gênero”, traz a complexidade cultural, descrevendo que “marido” e “esposa” na África não tem especificidade de gênero. Conforme a autora, nesta complexa cultura, homens podem ser esposas, bem como mulheres podem ser maridos. E, no texto sobre laços familiares ela aprofunda o assunto focando na família, e esclarece:

Em grande parte da África, “esposa” é apenas uma palavra de seis letras [...]. Ser esposa tende a funcionar mais como um papel, que como uma identidade [...]. Em toda a África, a categoria geralmente traduzida como *esposa* não é o gênero específico, mas simboliza relações de subordinação entre quaisquer duas pessoas (Oyěwú mí 2000, 04, grifos da autora).

Explicitando sobre a subordinação não ser exclusivamente de gênero, afirma a autora que em alguns lugares da África, na relação entre os sexos relacionada à família e ao casamento, a subordinação pode ser de qualquer sexo, a depender do pertencimento de descendência (matrilinear ou patrilinear) e não de gênero.

Oyěwú mí (2000) defende o reconhecimento de um conceito de gênero próprio e o reconhecimento das epistemologias africanas, formulando críticas aos fundamentos eurocêntricos nos conceitos feministas⁶. Ela nos conduz para o campo de discussão do etnocentrismo e epistemicídio, bem como, discute sobre os mecanismos ocidentais para a manutenção do conhecimento supostamente legítimo.

Partindo dos conceitos de laços familiares, a autora critica os estudos feministas ocidentais de família nuclear euro-americana, que, segundo ela, ignoram outros arranjos familiares, como por exemplo, as famílias e culturas africanas que não se pautam em gênero ou homem/mulher e/ou em binarismos baseados em sexo/corpo, mas na ancestralidade, idade e geração. Para ela, o discurso sobre a família está em toda parte, mas a questão preocupante é o uso generalizado da metáfora da família. Ela, então, questiona o feminismo ocidental: de que família estamos falando?

6 Crítica ao gênero global e mulher universal, questão realizada também no Brasil por Lélia Gonzalez, Raquel Barreto, Cláudia Pons Cardoso, entre outras.

Outro ponto ressaltado é a lacuna do conceito de gênero tido como universal, o que se assemelha a crítica da questão racial dos feminismos negros (norte-americano, latino americano, sobretudo brasileiro) sobre a invisibilidade da raça. Portanto, a autora inclina-se a desconstruir a ideia de família universal, apontada em estudos feministas euro-americanas como original e legítima, mas sem considerar, inclusive, raça e classe nas suas conceituações familiares (Oyëwúmi 2000; 2017).

Na obra clássica *“La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género”*, a autora se inclina a discussão de gênero nos estudos africanos situando a questão da mulher como problema. Na visão ocidental, as mulheres estariam oprimidas pelo patriarcado em qualquer sociedade, no entanto, ela assinala que na sociedade Yorubá (na África) a categoria social “mulher”, identificada anatomicamente e assumida como vítima em desvantagem social, não existe. Seu estudo trata de mostrar a ausência de gênero no antigo Oyó, assinalando que o tempo do gênero chegou nesta sociedade no período colonial.

Para ela, fora da África a interpretação sobre família é ocidental e tem a perspectiva patriarcal. Porém, considerando que este tipo de relação não é parte da cultura pré-colonial africana, ela vem se firmando a partir da colonização, conformando-se na modernidade como uma imposição de gênero na África, constituída a partir da linguagem de domínio da língua inglesa. Baseada em uma forte análise, em seu livro clássico Oyëwúmi (2017) discute sobre a produção da história e a criação do gênero, abordando a chegada do gênero no período colonial, debate a colonização das mentes, dos corpos, e volta-se a explicitar sobre a tradução das culturas.

Crítica dos estudos de gênero e feminismos ocidentais, Oyëwúmi aborda a biologia, o fundacionalismo e o determinismo biológico, reconhecendo os esforços de autoras ocidentais em conceituar gênero e sexo diferenciando-os, no entanto, segundo julga a autora, na vertente ocidental, sexo e gênero são indissociáveis, ou seja, ainda estão amarrados e interdependentes. Desta forma, em uma palavra a autora define gênero nos termos e compreensões ocidentais como “BIO-LÓGICA”. Comparando com as culturas africanas no que tange a epistemologia, a autora afirma que o gênero na África não se fundamentou na biologia/sexo, mas no sistema de “*Senioridad*”, isto é, comando, hierarquia de posição social, idade, geração e categoria social no contexto de liderança e respeitabilidade.

7 Originalmente publicada em língua inglesa, em 1997, e traduzido para o espanhol em 2017.

Síntese na concepção de Ifi Amadiume

Ifi Amadiume (2005) revisitando vários autores(as) como Adam Kuper, Cheikh Anta Diop e Mudimbe, coloca-nos a par da complexidade da cultura africana. No capítulo intitulado “Teorizando matriarcado na África: ideologias e sistemas de parentescos na África e na Europa”⁸ a autora faz a crítica à antropologia ocidental e à teoria do patriarcado na persistência do modelo europeu. Contrária a esta teoria, ela apresenta a existência do matriarcado, trazendo dados contemporâneos, intercalando entre o ontem e o hoje e discutindo sobre as mudanças culturais no território africano, sobretudo, destrutivas no processo cultural mediante a colonização, na medida em que essas formas complexas de estrutura familiar, contrárias aos padrões de família nuclear ocidental, se escasseiam.

Ainda são visíveis na África, comunidades que deixam rastros de culturas plurais, matriarcais, matrilineares, e, também, ambíguas nas relações de gênero. Numa comparação do feminismo global ou euro-americano com o africano são os diferentes significados de gênero no contexto da reprodução, família e casamento, em nada é similar a conjuntura teórica ocidental, na qual enterra a mulher na submissão pela reprodução.

Segundo assinala a autora, na cultura africana a reprodução aparece de outra forma, nos termos da linhagem, manutenção da ancestralidade, subjetividade com a questão do empoderamento, autonomia. Também no ponto político, o poder adquirido pela mulher também é concernente a reprodução – o ser mãe significa ser responsável pela manutenção de uma ancestralidade e lhes possibilita estratos de poder. Além disso, no casamento, no modelo de poligamia (muito comum na África), a posição ocupada pela mulher difere da ocidental e tem importância sociopolítica, econômica e cultural como, por exemplo, na função de prover alimentos, no sentido de providenciar e não necessariamente cozinhar.

A questão da perda do valor da mulher também aparece nessa conjuntura, quando, nota-se, que nessa complexa cultura o homem perde valor, pois não é nele que está a sobrevivência nem da mulher nem da família. Por outro lado, o sexo masculino ganha valor na infância, ao nascer, pois apenas o sexo masculino mantém o nome e carrega a responsabilidade da manutenção do clã e da coesão familiar (Amadiume 2005). É o sexo masculino que manterá a linhagem, embora não de forma relacionada a (suposta) virilidade, ou por portar um dos hormônios para a reprodução, mas pela forma que culturalmente adquiriu o poder de manter o clã, a ancestralidade.

⁸ Publicado originalmente em inglês, em obra de coletânea de artigos, com Tradução nossa.

Sobre a poligamia, conforme o estudo de Amadiume, na família poligâmica todos do grupo têm diferentes funções, e não é o homem o provedor; As mulheres, por sua vez, são responsáveis por diferentes papéis e não exclusivamente o serviço doméstico (este não tem o mesmo peso ocidental, apesar de também fazer parte), uma das funções das mulheres é o de prover a alimentação, questão que não é igual ao ocorrido no ocidente, pois a comida deve ser providenciada cotidianamente e produzida.

Vale considerar estudos africanos que, nesse ponto, diferem das autoras supracitadas, como, insiro a título de exemplo, os estudos de Fatime Samb (2017) e Eufémia Rocha (2017)⁹. Considerando a não generalização territorial, as autoras, que localizam-se em Senegal e Cabo Verde, respectivamente, colocam a função doméstica como dupla ocupação das mulheres que trabalham fora e são submetidas pelo casamento. Com um estudo de caso, Rocha (2017) descreve o casamento (monogâmico) delimitando o tipo de trabalho da mulher, causando interrupção à liberdade construída no viés socioeconômico e de classe, e por outro lado, devido ao trabalho de ravidância (comércio informal) a mulher africana muitas vezes aparece como mantenedora principal do lar.

A submissão das mulheres não é exclusividade do casamento monogâmico, acontece também na poligamia, sendo esta a força de modelagem da família no Senegal. A monogamia no Senegal, entra como opção com a nova lei da família, unificando diversas formas de legislação, em vigor desde 1972 (Samb 2017, 107). Através da literatura, discutindo religião e poligamia (interpretando romance), Samb aponta a divisão sexual do trabalho e as desigualdades sociais constituindo os elementos que desencadeiam as lutas das mulheres em favor da própria emancipação. No romance que avalia em seu estudo, destaca: “Mariama Bâ procura demonstrar as desigualdades de gênero existentes nas sociedades africanas, em que a maioria não questiona ou denuncia situações de opressão.” (Samb 2017, 102).

Na poligamia convém o destaque da vertente que aponta a preferência do marido por uma das quatro mulheres (número total de mulheres a que os homens têm direito legal, sendo que a mulher não tem esse mesmo direito), e que tratando-as diferentemente, inclusive na base sentimental, ocorre a violência. Apesar da lei proibir tratamento desigual para com as mulheres na estrutura poligâmica, desconsideram a subjetividade e os processos inerentes à humanidade, como, por exemplo, o sentimento, evidenciando o machismo e despontando um tipo de masculinidade forçada por essa complexidade

9 A primeira discutindo sobre as Ravidâncias (comerciantes) em Cabo Verde e, a seguinte, sobre religião e Poligamia em Dakar, Senegal.

cultural. Em oposição, a descrição nas concepções de Amadiume e Oyèwúmi apontam que na Nigéria há igualdade com os homens e, muitas vezes, superioridade das mulheres, visto a relação de poder voltada para o clã – o nome, a linhagem familiar e não ao sexo, o corpo, afins de androcentrismo como no mundo ocidental.

Na complexidade nas formas de casamentos, há o casamento entre mulheres, outra modelagem de família no continente africano mencionado pelas autoras que Amadiume afirma denominar-se de mulher-mulher ou marido-fêmea. Sobre o assunto, é encontrado no Quênia, descrito por Wairimu Njambi e William O’Brien (2005), o texto intitulado “Casamento Mulher-Mulher: anotações sobre as mulheres Gikuyu”. Fazendo a investigação do maior grupo étnico no Quênia, as(os) autoras(es) afirmam que são poucos os estudos sobre mulheres que casam com mulheres na África, mas apontam que existem e trazem estudos de casos e narrativas com as vozes dessas mulheres. Estes casos se apresentam como uma forma de cultura, inclusive referendados por instituições públicas e aconselhados por mulheres mais velhas da família, a fim de manter a linhagem e certa autonomia política do sexo.

Em ambos os estudos a relação “mulher-mulher” ou “marido-fêmea”, tem como fim o empoderamento, companheirismo, afeto, economia e segurança social financeira, além da manutenção da ancestralidade viva, não sendo vista, explicada, nem discutida, na ótica da relação carnal/sexual, ou no contexto de homossexualidade. Em nosso entendimento merece essa ressalva, considerando que os conceitos sobre homossexualidade (orientação sexual) partem da relação homoafetiva e se explicam pela atração pelo mesmo sexo.

Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo, o que não se relaciona com sua identidade de gênero. Não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, ao contrário das pessoas transexuais (Jesus 2012, 9).

Devido às lacunas metodológicas presentes nesses estudos que utilizam as narrativas/entrevistas, os quais não apresentaram as falas das interlocutoras sobre o assunto da “prática sexual” (sobretudo entre elas) ou sobre a atração, torna-se importante saber se nessa relação de casamento entre duas mulheres não ocorria esse fenômeno. Além disso, há outra questão: diante da nossa observação sobre este tipo de relação, esse tipo de casamento, apesar de pouco frequente, não é comumente aceito, pela nova geração e pelas novas imposições culturais via colonização. Sendo essas mulheres alvo de críticas, preconceitos e, às vezes, de violência (conforme destaca o texto analisado).

Destarte, fica evidente nas epistemologias africanas de gênero que esse tipo de relação/casamento ocorreu e ainda ocorre, não obstante tenha se tornado escasso na modernidade, haja vista o processo da colonização, no qual ocorreram mudanças culturais e a influência da religião ocidental, afetando, assim, a estrutura cultural africana e, principalmente, a modelagem da complexidade.

Para Amadiume (2005) e Oyěwúmi (2000) existiu e existe matriarcado e matrilinearidade (em cujo patriarcado não tem a mesma força do matriarcado) essa última não causa estranhamento aos nativos. Neste vasto continente, patriarcado e monogamia são exclusivamente elementos dos discursos dos antropólogos ocidentais, que partem do pressuposto de um homem-pai-chefe de família e controlador em todo o universo. Segundo a autora, basta encontrar um caso, um homem chefe de família, para que deem centralidade a esta forma como padrão e escondam todo um grupo de mulheres que se encontram no comando do lar.

Controvérsias de gênero: entre igualdade e binarismo nas relações sexuais na África Pré e Pós-colonial

Apesar das abordagens das autoras descritas, há controvérsias no interior dos estudos africanos sobre as relações de gênero na África, como analisam Zeleza e Amadiume.

Síntese na concepção de Paul Zeleza

Paul Tiyambe Zeleza, originário do Zimbábue, no texto “Perspectivas de gênero na historiografia africana”¹⁰, no qual não encontramos conceito de gênero na África, o autor se baseia na definição de Joan Scott apontando o entendimento desse autor:

O gênero tem sido definido como a organização social e representação simbólica da diferença sexual em transformação. É o campo principal em que ou pelo que o poder é articulado e significado. Como conceito, o gênero oferece uma redefinição epistemológica do conhecimento histórico como construção em vez de reconstrução (Scott, 1988: capítulos 1 e 2). (Zeleza 2005, 225).

¹⁰ Texto original em inglês, com tradução nossa.

Em sua crítica, nos estudos historiográficos que ainda vigoram na África, sistematicamente, os historiadores descreveram temas relacionados com o desenvolvimento político, as guerras, e a celebração da vida e dos feitos de grandes homens (sexo masculino). Ou seja, nesses estudos são apresentadas visões predominantemente masculinas e sexistas, ocorrendo a invisibilidade das mulheres ou a sua sub-representação nas principais correntes de pensamento.

Se por um lado, nesse estudo o autor destaca que nas últimas duas décadas (1980/90) houve o aumento significativo na produção literária sobre mulheres africanas, do outro, assinala o androcentrismo na historiografia africana e a forma estereotipada das mulheres na literatura. Nas imagens avaliadas por Zeleza (2005), as mulheres são estereotipadas e oprimidas, aparecendo como reprodutoras, mães e esposas, e também em situação de vitimização, infantilização e sendo violentas e encarceradas. Há casos em que, elas sequer são mencionadas, bem como, aparecem seminuas, todavia, esta última categoria foi retirada em edições subsequentes.

Ele afirma que, referências nestas literaturas apontam relações de casamento, fertilidade, moralidade a partir das percepções dos missionários e ideologias coloniais, e de outro lado, infertilidade e prostituição. Poucos estudos são destinados ao protagonismo e as atividades políticas das mulheres, como encontrado em algumas referências que abordam as mulheres chefes em instituições locais, voltadas para o povo Yorubá e para os reinos Wolof e Serer (do atual Senegal), com o papel protagonista da rainha Amina, além disso, são poucas as referências a sistemas matrilineares e patrilineares. O autor nos informa sobre as revoluções Jihadistas (focando no protagonismo das mulheres) ocorridas entre os séculos XIX e XX e a famosa revolução das mulheres “Aba”, de 1929, contudo, quase nada mencionada sobre o assunto na historiografia africana.

Seguindo sua análise, a divisão do trabalho é vista fortemente em dois contextos, em relação ao trabalho familiar e em relação ao comércio local, solapando o influente papel das mulheres na economia. Na sua compreensão o trabalho familiar tem formas complexas, na Era pré-colonial, as sociedades da África Ocidental distinguiam entre trabalho masculino e feminino, embora isso não seja uma divisão de tarefas rígida, o que segundo a crítica, nos estudos analisados por ele não é explorado.

Numa síntese da análise feita pelo autor, nos estudos historiográficos africanos persistem as mulheres retratadas como vítimas permanentes de uma aparente estrutura primordial de pobreza. Ponderando sobre raça, classe e etnicidade nos estudos investigados, Zeleza (2005) informa que são

inseridos como questões secundárias ou adicionais, com o vírus eurocêntrico afligindo tanto os estudos sobre mulheres quanto às ciências sociais em sua globalidade, mas que (adverte), estudiosos(as) africanos(as), incluindo as feministas, têm lutado vigorosamente contra o imperialismo intelectual, apesar das práticas etnocêntricas continuarem em vigor, sobretudo entre intelectuais feministas ocidentais. Vale considerar que a análise do autor não se delimita apenas à um território específico, mas às cinco regiões africanas, como assinala em sua metodologia.

Após a crítica à historiografia o supracitado fala da importância da restauração das mulheres africanas, e que, quando escrevem história de gênero, fazem numa espécie de história compensatória, de contribuição. Apesar do aumento dos estudos sobre a mulher na literatura, sob a responsabilidade de algumas áreas e especialidades, como as feministas, começam a examinar de forma mais sistemática o desenvolvimento e construção histórica da cultura, redes de solidariedade e espaços sociais autônomos das mulheres. Sobre a Era colonial, o mesmo aponta que não houve passividade, as mulheres desafiavam e tomavam iniciativa, ao contrário dos estudos anteriores, grande parte dos estudos atuais, no período pós-colonial, trazem clareza sobre esse assunto, apesar das tensões nas relações de gênero.

Zezeza (2005) critica a opressão e discriminação discutida e analisada apenas na sua relação com o colonialismo, sendo a história africana, na ótica do autor, política e elitista. Para ele, há uma conexão entre o passado pré-colonial e colonial não descrito nos estudos, como: a influência das sociedades muçulmanas nas mudanças culturais e de gênero; o desenvolvimento de exploração e opressão das mulheres nas estruturas poligâmicas, sendo elas as chaves privilegiadas para a função de descendência, apesar dos poderes políticos das mulheres, em termos práticos; o limitado acesso delas a instrução na colonização; o retrocesso de gênero com as conquistas e independências; homens combatentes na luta e mulheres provedoras de alimentos – sendo um processo considerado comum e não o contrário, de imposição e de inferiorização do sexo.

No entanto, as assertivas de não binarismos de gênero na África, apontadas por alguns autores(as) como alternativa que põe as mulheres e os papéis de gênero em termos de igualdade ou de complementaridade, caracterizando como equilíbrio harmonioso a África pré-colonial, na concepção deste último autor, é puro romantismo. Assim sendo, constata desigualdade entre os sexos e nas relações de gênero, com mudanças mais influentes nos séculos XIX e XX devido à colonização. Em suma, notamos que, entre um período e outro na cultura complexa africana, há binarismos de gênero paralelo à outras formas, sendo mais contundente na modernidade.

Síntese da concepção de Chimamanda Ngozi Adichie

A nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015; 2017) assinala a relação de gênero também como desigual entre os sexos nas culturas africanas e revela a superioridade masculina e o androcentrismo, embora entenda como uma questão que pode ser mudada pela educação, ou seja, trata-se de uma construção sociocultural. Através do seu estudo, nota-se a relação de gênero que vem sendo forte para a centralidade do sujeito masculino, androcentrismo e relações binárias.

O feminismo aparece como movimento novo no contexto africano, exclusivo entre grupos de mulheres. Inclusive, muitas dessas mulheres são atacadas como sendo não-mulheres, talvez, pela sua resistência às imposições de gênero, demarcando a naturalidade na desigualdade e o estranhamento à posição ou posicionamento de igualdade. A autora entende ser necessária uma educação feminista, a começar desde casa uma educação feminista das crianças (Adichie 2017). Vendo resultados positivos nos termos da fuga da submissão em relação a aquelas que aderem ao feminismo, a autora sugere o feminismo para todas as pessoas como uma estratégia de mudança eficaz nas relações de gênero em “Sejamos todos feministas” (Adichie 2015).

Nota-se em Chimamanda, uma autora que utiliza o método da experiência pessoal, destacando a biologia, o corpo, a educação, o casamento, as fases da vida com a infância e adolescência e o ser mulher. Neste contexto em “O segundo sexo”¹¹, indo para além do pressuposto de universalidade de gênero e de mulher global, relaciona o debate com etnias e outras culturas, cuja literatura atravessa fronteiras, trazendo para o campo do conhecimento outras formas de vida de mulheres negras africanas. Assim, no contexto nigeriano ela encontra binarismos, desigualdade de gênero, preconceito, machismo, misoginia no interior da categoria mulher, entre outras questões. Diante desta vasta problemática, ela luta pela igualdade de gênero (sem confundirmos com o gênero global e mulher universal), possível por meio da educação, ou seja, uma educação feminista.

Analizadas nestas duas obras (Adichie 2015; 2017), as mulheres africanas de Chimamanda são destituídas de pobreza apresentando: boa saúde, excelente educação e invejáveis tipos de trabalho, de moradia e de renda. Em suma, uma história de vida socialmente inclusiva. É o mundo de onde parte Chimamanda, cuja preocupação é a relação de gênero na África e a reconstrução do imaginário do que se entende no mundo sobre o que é ser mulher africana, é a história que se conta. Seguramente, a autora mostra que a

¹¹ Cujas autora centraliza seus estudos com mulheres brancas francesas, sem considerar outras categorias de mulheres e a questão étnico-racial e outras culturas.

mulher africana não é a mulher natural e designadamente pobre, deseducada e excluída, de corpo marcado por vírus e doenças causadas por razões étnicas.

Além disso, em suas obras é possível interpretar que se trata da perspectiva de possibilidade de igualdade de gênero e étnica, apesar das destacadas diferenças e binarismos nas relações entre os sexos e comportamentos diferenciados na infância, desde o processo intrauterino: é menina ou menino? Rosa para ela e se for ele, azul (Adichie 2017). Portanto, mediante suas concepções evidencia-se uma luta pelo reconhecimento das diversas etnias, das outras comunidades e da igualdade de valor cultural.

Considerações finais

Africanas(os) feministas e/ou autoras(es) de estudos de gênero na África apontam para pontos cruciais em seus estudos: a crítica às pesquisas ocidentais, estudos intencionais eurocêntricos, etnocentrismo na ciência, epistemologia hegemônica-monológica e, ao gênero e feminismo globais. Assim, conclamam por direitos epistemológicos e pelo reconhecimento de outras epistemologias, também assinalam como problemáticas os efeitos da colonização, imperialismo e imposição de valores euro-americanos, apresentando mudanças devastadoras do continente africano, nos campos econômico, político, cultural e entre outros (Oyëwumi 2004).

Dentre os conceitos que poderíamos compreender como inerente aos problemas da cultura africana (negritude, raça e racismo), são poucos estudos focados nesses pensamentos, teoricamente escassos nessas discussões, ou seja, não apresentam centralidade, sobressaindo o conceito de etnia em lugar de raça. Contudo, aparece o conceito de racismo, mais fortemente em Oyëwúmi e Chimamanda, e inclusive concernente ao campo do saber, como o racismo no caráter de inteligência (Gomes 2009).

Para Zeleza, raça, classe e etnicidade nos estudos africanos são inseridos como questões secundárias. Nesse sentido, o debate da interseccionalidade não aparece como liame para os avanços nas desigualdades sociais, nos estudos de gênero africano, o que entendemos como fator relacionado à crítica ao conceito de raça e a complexidade, no que tange ao fator economia política não centralizada no capitalismo, conseqüentemente, nas classes. Oyëwúmi entende raça como elaboração ocidental, voltado para as hierarquias humanas.

Numa tentativa de, não necessariamente responder, mas, compreender a seguinte questão: igualdade ou desigualdade de gênero na África? Zeleza e Chimamanda encontram desigualdade entre os sexos em etnias

africanas, enquanto que Oyěwú mí e Amadiume encontram a igualdade. As duas últimas autoras trazem epistemologias apontando para uma África igualitária nas relações de gênero num processo anterior à colonização que ainda existe. Por outro lado, os dois primeiros autores, trazem uma África desigual nas relações de gênero, sobretudo binárias. Vale notar que dentre as mudanças socioculturais dos países africanos, as relações tensionadoras de gênero são crescentes.

A partir do método da análise cognitiva, apresentou-se forte a propensão a perda da originalidade e complexidade da cultura africana, a partir da colonização, com as(os) autoras(es) apresentando concepções subdivididas na vertente da igualdade de gênero na compreensão do período anterior à colonização; outras(os) autoras(es) da vertente da desigualdade entre os sexos, se destinam a discutir a África hoje e os rumos do processo cultural africano no pós-colonização. Diríamos que há uma luta visando a manutenção da raiz cultural por via teórica-epistemológica, e há, um uma linha de pensamento da desesperança, simbolicamente atestando a vitória dos colonizadores, apesar da vitória africana mediante a luta da libertação da colonização. Abreviando em dois termos: resistência X desesperança.

Apesar das divergências no campo de gênero, tais teorias combatem o etnocentrismo, epistemicídio e contribuem na descentralização do conhecimento euro-americano-hegemônicos, ratificando outras epistemologias complexas. Em todo caso, convém a reflexão que fazemos concernente à mulher africana na forma inscrita no imaginário ocidentalista, e logo, baseados em preconceitos, disseminadas como o grupo humano mais inferior entre as mulheres, “a outra da outra”, de pobreza extrema, destituída de valor corporal e intelectual. As(os) autoras(es) africanas(os) revisitadas(os) nos levam a reconstruir esse imaginário, impelindo-nos a reformular o pensamento sobre as diferenças, outras culturas e epistemologias diversas.

Agradecemos à CAPES pela bolsa que possibilitou este ensaio.

REFERÊNCIAS

- Adichie, Chimamanda N. *Sejamos todos feministas*. Tradução Christina Baum. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. Tradução Denise Bottman. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Amadiume, Ifi. Theorizing Matriarchy in África: Kinship Ideologies and Systems in África and Europe. In: Oyěwùmí, O. (Org.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 83-88, 2005.
- Burnham, Teresinha F. *Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação a distância e Gestão/Difusão do conhecimento*. Teresinha Fróes Burnham e Coletivo de autores. Salvador: EDUFBA, 2012.
- Calheiro, Ineildes; Oliveira, Eduardo D. Olhar africano no tornar-se feminista: Por uma nova geração no mundo de Chimamanda. *Revista Tabuleiro de Letras*, PPGEL – Salvador, Vol.: 11; nº. 02, p. 230-235, Dezembro, 2017.
- Coutinho, Angela S. B. The participation of cape verdean women in the national liberation movement of Cape Verde and Guinea-Bissau, 1956-1974: the pioneers. *Africa in the world*. Rosa Luxemburg Stiftung. West Africa, 02, 2017.
- Gomes, Crispina. *Mujer y poder: el caso de Cabo Verde*. Instituto Cubano DEL LIBRO, Editora de Ciencias Sociales, 2009.
- Gomes, Patrícia G. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros tempos*, vol. 12, n. 19, p. 168-189, 2015.
- _____. De emancipada a invisíveis: as mulheres guineenses na produção intelectual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. In: GOMES, Patrícia; FURTADO, Cláudio (Org.). *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, p. 27-45, 2017.
- Jesus, Jaqueline, G. de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.
- Njambi, N. Wairimu; O'Brien, William. Revisiting “Woman-Woman marriage”: Notes on Gikuyu Women. In: Oyěwùmí, O. (Org.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.145-165, 2005.

- Oyèwùmí, Oyeronké. Laços familiares /ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas. Tradução para uso didático: Aline Matos da Rocha. *Signs: Feminisms at a Millennium*. Summer, vol. 25, n. 4. 2000, p. 1093-1098. Disponível em> http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/abel_kouvouama_-_pensar_a_pol%C3%ADtica_na_%C3%81frica.pdf
- _____. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias africanas. Tradução para uso didático: Juliana Araújo Lopes. *CODESRIA Gender Series*. Dakar, vol. 1, p. 1-8, 2004.
- _____. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Tradução de Alejandro Montelongo González. Bogotá, Colombia: Editorial: en La Frontera, 2017.
- Rocha, Eufémia V. Mobilidades e Gênero: deslocamentos e fronteiras na rabidância em Cabo Verde. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, p. 65-87, 2017.
- Samb, Fatime. Entre religião e Poligamia: uma leitura a partir do romance *Une si longue lettre* de Mariama Bâ. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, p. 89-111, 2017.
- Zezeza, Paul T. Gender biases in African historiography. In: Oyèwùmí, O. (Org.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 207-232, 2005.

RESUMO

O estudo aborda a discussão de gênero e cultura na África, delimitando alguns territórios, contribuindo na descentralização das epistemologias ocidentais através da discussão de gênero na África sob o olhar de teóricas/os africanas/os. Com o objetivo de discutir sobre a cultura africana na perspectiva de gênero destituída da concepção ocidental, esse trabalho remete a pensamentos africanos, evidenciando epistemologias outras e, visando, por um lado, a descentralização do conhecimento hegemônico euro-americano e, por outro, a compreensão do complexo debate concernente a relação de gênero na África, focando a seguinte questão: Igualdade ou desigualdade de gênero neste território? Teórico-metodologicamente realizou-se uma Análise Cognitiva das concepções de autoras/es dos estudos de gênero africanos.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero na África; Análise Cognitiva; Difusão do Conhecimento.

*Recebido em 5 de abril de 2018.
Aceito em 23 de dezembro de 2018.*